

**POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE:
DESAFIOS PARA UMA ABORDAGEM
EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL¹**

Rodrigo Manoel Dias da Silva²

Resumo

O presente artigo pretende examinar as imbricações entre as noções de políticas públicas e sustentabilidade, por meio de revisão de literatura, assim como o modo pelo qual este dilema conceitual remete a abordagens em educação ambiental na contemporaneidade. A partir de leituras de Robert Castel, identificamos um duplo desafio: estabelecer um conjunto de ações cidadãs que articulem esta educação ao escopo mais amplo das políticas públicas e recuperar a noção de sustentabilidade como vetor de ação sócio-política.

Palavras-chave

Políticas Públicas, Estado, Sustentabilidade, Educação Ambiental.

1. Texto apresentado à disciplina “Tópicos Especiais de Linha de Pesquisa – Atores sociais, sociedade e meio ambiente” junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Unisinos, sob a coordenação do Prof. Dr. Aloísio Ruscheinsky. Julho/2008.

2. Rodrigo Manoel Dias da Silva é pedagogo (UERGS), mestre e doutorando em Ciências Sociais (Unisinos). Bolsista CAPES. E-mail: rodrigo_ddsilva@yahoo.com.br

Abstract

This article aims to examine the notions of public policy and sustainability, through a review of literature as well as the ways in which refers to this dilemma conceptual approaches to environmental education in the contemporary. The readings from the Robert Castel, we identified a double challenge: to establish a set of actions that citizens articulate this education to wider scope of public policies and restore the concept of sustainability as a vector of socio-political action.

Keywords

Public Policy, State, Sustainability, Environmental Education.

Considerações Iniciais

O presente artigo pretende examinar as imbricações entre as noções de políticas públicas e sustentabilidade, por meio de revisão de literatura, assim como o modo pelo qual este dilema conceitual remete a desafios para abordagens em educação ambiental na contemporaneidade. Evidentemente que as articulações entre estas noções evocam um conjunto amplo de possibilidades interpretativas, no entanto a opção que fazemos acompanha a preocupação de Castel (2005) ao definir a condição de vida atual como ‘insegurança social’.

O contexto que deu condições de possibilidade a Castel definir a insegurança social colocava em xeque a lógica discursiva que predominou até as últimas quatro décadas, isto é, os discursos predominantes até os anos de 1970 baseavam-se na ampla proteção social, cuja centralidade estava posta no Estado nacional. No entanto, o período histórico que sucedeu a este momento viu a desestabilização das proteções coletivas, ou diríamos sua pulverização, sobretudo em seus dois pilares: o Estado e as categorias socioprofissionais homogêneas. O que o sociólogo francês parece nos evidenciar, inicialmente, é a perda do potencial integrativo de uma sociedade que integrava seus indivíduos através do trabalho. Desta maneira, a premissa da coesão social – tema caro à

Sociologia Clássica – passa a ser discutida em um tipo societário em que o Estado de Bem-Estar Social também passa por processos de redefinição de suas funções e premissas.

As transformações das políticas sociais, assim como a emergência da sustentabilidade e da educação ambiental enquanto preocupações políticas, são efeitos desta perda da centralidade do Estado nacional em circunstâncias de *crescimento das incertezas* (Castel, 2005, p.41). O conjunto de redefinições em torno do Estado provocou modificações nas políticas públicas, trazendo novas demandas ao domínio deste espaço fragilizado que se nomina por Estado – este é o *locus* onde posicionamos nossa análise teórico-conceitual.

Sendo assim, segmentamos didaticamente este artigo em três seções textuais. Na primeira seção, discutiremos brevemente as mutações contemporâneas das relações entre Estado e políticas públicas. Na segunda, apresentaremos a emergência de novas temáticas presentes nas discussões sobre as políticas na atualidade: sustentabilidade, consumo, qualidade de vida ou educação ambiental. Na terceira, buscaremos caracterizar alguns entendimentos de educação ambiental, bem como identificaremos desafios a seu alcance como abordagem político-pedagógica.

1. Estado e políticas públicas: algumas (re)definições

Tal como definido por Castel (2005), as sociedades contemporâneas têm passado por um conjunto de redefinições uma vez que aqueles princípios que sustentavam a coesão social, até a década de 1970, passaram por uma *crise da modernidade organizada* (Castel, 2005, p.41). A modernidade não conseguiu realizar a promessa do liberalismo, qual seja: estabelecer princípios universais de autonomia e de igualdade individual. Nas palavras do próprio autor:

Uma sociedade não pode fundar-se exclusivamente num conjunto de relações contratuais entre indivíduos livres e iguais, pois assim ela exclui todos aqueles, e em primeiro lugar a maioria dos trabalhadores, cujas condições de vida não podem garantir a independência social necessária para entrar em paridade numa ordem contratual (Castel, 2005, p.41).

Ao identificar a desigualdade, prossegue:

A inscrição ou reinscrição dos indivíduos no seio dos sistemas de organização coletiva é a resposta aos riscos de dissociação social trazida pela modernidade, e a resposta à questão das proteções tal como ela se impõe a partir de uma tomada de consciência da impotência dos princípios do liberalismo para fundar uma sociedade estável e integrada (idem, p.42).

A tese da desigualdade social identificada pelo sociólogo francês foi o que deu condições e possibilidade para a proteção estatal, pois o Estado passou a constituir os direitos sociais e implicar-se em funções sociais, sendo que direito e Estado convergem na correção dos desníveis da sociedade capitalista. Esta perspectiva potencializou as ações de grandes coletivos de trabalhadores a reivindicarem direitos, assim como as exigências de compensações por amplas proteções sociais baseadas nas relações de trabalho. No entanto, estas categorias fragilizaram-se.

Evidencia-se o enfraquecimento do Estado enquanto ente capaz de garantir um conjunto de proteções sociais à nação, de maneira que o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social já não garantia mais a coesão social. No Brasil, Martins (1997) identifica a lógica capitalista de exclusão social, o que parece elucidar uma nuance pouco visível em Robert Castel, ou seja, a dinâmica de uma sociedade capitalista parte de um processo que desenraiza a todos, de maneira que intenciona excluir o sujeito de um local para reinseri-lo em outro. Sendo assim:

É próprio dessa lógica de exclusão a inclusão. A sociedade capitalista desenraiza, exclui para incluir; incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nessa inclusão (Martins, 1997, p.32).

Porém, quando esta sociedade não conseguiu mais adquirir sua coesão por meio de relações trabalho-Estado (Castel, 2005), ou não conseguiu mais dinamizar o mecanismo de inclusão que se dava em curto prazo, uma série de desafios e problemáticas se colocou no âmbito das políticas públicas. Para retomarmos um destes desafios, retomamos o escrito de José de Souza Martins. A referida dinâmica citada pelo

autor fazia com que, por exemplo, camponeses fossem expulsos do campo e absorvidos pela indústria em seguida, deste modo a exclusão perdia sua visibilidade como exclusão, pois os atores eram excluídos e re-incluídos, em outro plano, rapidamente. O problema da exclusão, decorrente deste quadro narrado por Castel, ganhou visibilidade quando:

O problema da exclusão começou a se tornar visível nos últimos anos porque começa a demorar muito a inclusão: o tempo que o trabalhador passa a procurar trabalho começou a se tornar excessivamente longo e freqüentemente o modo que encontra para ser incluído é um modo que implica certa degradação (Martins, 1997, p.32).

A crise das relações capitalistas que tensionam a coesão entre os indivíduos através do Estado e da integração mediante as relações de trabalho, revela-nos um novo campo de definições e de exigências às políticas públicas. O que demonstra a efetividade dos processos de exclusão social:

Este processo que nós chamamos de exclusão não cria mais os pobres que nós conhecíamos e reconhecíamos até outro dia. Ele cria uma sociedade paralela que é incluída do ponto de vista social, moral e até política (idem, p.34).

Com a desintegração da sociedade salarial, as redefinições produziram a emergência de novas temáticas advindas de novas demandas desta sociedade: sustentabilidade, qualidade de vida, educação ambiental, consumo, dentre outros. Destacamos estes temas porque convergem para a dinâmica da sociedade contemporânea em suas relações com o meio ambiente – objeto de estudo da próxima seção textual.

2. Interrogando perspectivas da sustentabilidade: políticas e temáticas

Esta sociedade que deixou de integrar os indivíduos por meio de relações de trabalho e do Estado foi nominada de diferentes maneiras, por diversos autores em suas distintas perspectivas, uma daquelas que

mais impacto trouxe foi a noção de sociedade de consumo (Portilho, 2005). Segundo Fátima Portilho, a abundância dos bens de consumo continuamente produzidos pelo sistema industrial é considerada um símbolo da *performance* bem-sucedida das economias capitalistas modernas. A mesma autora, citando Baudrillard, afirma que:

Durante o século XX, os muitos mecanismos através dos quais o capitalismo ocultou seu caráter explorador têm mudado seu centro de gravidade, do campo da produção para o do consumo. O consumo tem substituído a produção como o principal reino da atividade social, no mundo crescentemente fragmentado das sociedades ditas “pós-modernas” (Portilho, 2005, p.72).

Se, conforme foi assinalado na literatura, uma das modificações da sociedade contemporânea é a passagem de uma sociedade que buscava produzir seus bens, para uma sociedade que visaria consumi-los, reiteramos que estes processos são tênues e desiguais. Não somente nas desigualdades, suas conseqüências estão posicionadas na abrangência de um conjunto de novas temáticas e preocupações: o cuidado com o meio ambiente, as práticas sustentáveis e a educação ambiental. A sociedade do consumo tem motivado um interesse claro sobre a qualidade de vida. Paradoxalmente, este tema não é novo, a qualidade de vida já era objeto de preocupação do Estado de Bem-Estar.

Herculano (2000), por sua vez, destaca que a qualidade de vida é algo adjetivo e relativo, prova disto talvez seja que estudos recentes nesta área objetivam mensurar sua vigência e pressupostos de sua efetividade. A mensuração daquilo que se entende por qualidade de vida resulta da combinação de dois fatores: o exame dos recursos disponíveis (a capacidade de um grupo satisfazer suas necessidades) e a avaliação dos graus de satisfação e patamares desejados. A mesma autora analisa a diferença entre a atual concepção de qualidade de vida e aquela acepção do Estado de Bem-Estar, de tal maneira que nos parece que enquanto a segunda noção aponta para os mínimos sociais, a primeira evoca a emergência de novos indicadores como os indicadores ambientais. Os indicadores ambientais de qualidade de vida são modelos que descrevem as formas de interação das atividades humanas com o meio ambiente, sendo este entendido:

- 1 fonte de recursos: minerais, energia, alimentos matérias-primas em geral;*
- 2 depósitos de rejeitos: lixo industrial e doméstico, efluentes líquidos e gasosos; lixo tóxico;*
- 3 suporte da vida humana e da biodiversidade (Herculano, 2000, p.232).*

Os indicadores ambientais produzem um índice de qualidade de vida (idem, p.236). Esta qualidade de vida, pois, é definida como:

A soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades: inclui acessibilidade à produção e ao consumo, aos meios para produzir cultura, ciência e arte, bem como pressupõe a existência de mecanismos de comunicação, de informação, de participação e de influência nos destinos coletivos, através da gestão territorial que assegure água e ar limpos, higiene ambiental, equipamentos coletivos urbanos, alimentos saudáveis e a disponibilidade de espaços naturais amenos urbanos, bem como da preservação de ecossistemas naturais (idem, p.237).

A partir deste conceito verificamos a dimensão política que atravessa a noção de qualidade de vida e, por conseguinte, a sustentabilidade, uma vez que ao que parece a qualidade tem o desenvolvimento sustentável por pressuposto. A própria idéia de desenvolvimento sustentável resultou de um compromisso político internacional entre grupos interessados em proteção ambiental e grupos preocupados em promover uma agenda de desenvolvimento social (Herculano; Freitas; Porto, 2000, p.17). Este desenvolvimento sustentável deve, por assim dizer, alcançar a dimensão da qualidade de vida.

Chama-nos atenção a dimensão de desenvolvimento sustentável, em contextos em que a própria noção de sociedade está fragilizada, uma vez que os sentidos do desenvolvimento são ambivalentes e remetem a práticas muitas vezes distintas.

Por uma perspectiva de saber sociológico, Buttel (2000) destaca alguns novos papéis para a sociologia ambiental na contribuição para a qualidade da vida humana. A discussão proposta pelo autor assume

claramente uma posição epistemológica uma vez que tece considerações à Sociologia Ambiental. Problematiza, em seu escrito, a própria noção de “ambiental”, pois o ambientalismo não é algo de conteúdo invariante. Ou: “devemos reconhecer que ‘ambiental’ é de alguma forma o rótulo arbitrário que acontece de ser aplicado a um amplo espectro de fenômenos, temas e disputas, através de processos sociais e políticos” (Buttel, 2000, p.40).

Se a definição do que seja ambiental evoca um campo de discussões arbitrárias e ambivalentes, o mesmo vale para a noção de sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável. De acordo com Carvalho e Totti (2004), aquilo que entendemos por desenvolvimento sustentável precisa ser ampliado, de maneira que pudesse envolver três grandes objetivos: a elevação da qualidade de vida (expressão recorrente entre diversos pesquisadores) e equidade social, eficiência e crescimento econômico e a conservação ambiental.

Sob um ponto de vista político, ou das políticas públicas, a sustentabilidade é um espaço contestado:

Numa sociedade democrática existem lutas concretas pelo acesso a bens públicos, como no caso do acesso à água (nascentes, fontes limpas de consumo, etc.). Por certo, esta disputa está centralmente referida à definição dominante do que seja meio ambiente, sustentabilidade, etc. (Alexandre, Krischke, 2006, p.9).

Estes autores apresentam uma perspectiva muito mais crítica para a idéia de sustentabilidade. Ao contrário de alguns autores anteriormente citados, Alexandre e Krischke (2006, p.16) denunciam que o nexos entre sustentabilidade e lógica capitalista é impossível. O aspecto político que se depreende da sustentabilidade enquanto preocupação das políticas públicas relaciona-se à incompletude dos processos de democracia, inclusive. Pois:

As ambigüidades e contradições de termos e valores como desenvolvimento e sustentabilidade, revelam a sua condição polissêmica, cujo significado é objeto de disputa, em construção/desconstrução permanente, com resultados imprevisíveis – como os dos próprios processos de democratização (idem, p.20).

Por uma perspectiva mediadora, Bell (2000) aponta para uma educação para a sustentabilidade. O que faz-nos pensar sobre a educação ambiental como possibilidade analítica destes espaços-tempos contemporâneos que tanto se preocupam com as dimensões da qualidade de vida e da sustentabilidade.

3. Recorrências e desafios à educação ambiental

A educação ambiental remete a um conjunto distinto e diversificado de perspectivas de abordagem analítica e interpretativa, de maneira que nossa intenção nesta seção textual consiste em recuperar algumas destas contribuições a fim de elucidarmos a trama conceitual em que esta educação posiciona-se. Não que tenhamos a pretensão de mencionarmos todos os estudos sobre este assunto, nem teríamos o espaço oportuno neste texto para tal finalidade, apenas faremos uso de um pequeno conjunto de contribuições que servirão para ajudar-nos a analisar os desafios da educação ambiental em suas imbricações entre as políticas públicas e a sustentabilidade.

Diversos autores têm tratado da educação ambiental como estratégia acadêmica e política de intervenção no cotidiano, tais como: Sauvé (2005), Carvalho (2005), Jacobi (2003; 2005), Tristão (2005), dentre outros. Por uma diversidade de abordagens, a educação ambiental tem concentrado esforços empíricos em verificar suas potencialidades de ação social embasada, sobretudo, em ações voltadas para a cidadania, demonstrando certa convergência à interlocução com outras novas temáticas, narradas na seção textual anterior, identificadas com a qualidade de vida e a sustentabilidade.

Segundo Jacobi (2003), há um viés que permite que pensemos o entrecruzamento entre a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável, uma vez que, por hipótese, a educação ambiental pode ser interpretada como decorrência e necessidade de um desenvolvimento sustentável. O teor político desta análise fica expresso assim:

O desenvolvimento sustentável não se refere especificamente a um problema limitado de adequações ecológicas de um processo social, mas a uma estratégia ou um modelo múltiplo para a sociedade, que deve levar em conta tanto a viabilidade econômica como a ecológica.

Num sentido abrangente, a noção de desenvolvimento sustentável reporta-se à necessária redefinição das relações entre sociedade humana e natureza, e, portanto, a uma mudança substancial do próprio processo civilizatório, introduzindo o desafio de pensar a passagem do conceito para a ação (Jacobi, 2003, p.194).

Pedro Jacobi evoca, neste excerto, análises que exigem uma redefinição da própria intervenção política no cotidiano dos atores sociais. A noção de sustentabilidade aproxima-nos de leituras mais cidadãs (Ruscheinski, 2000) da realidade social, pois se torna provocativa de espaços de interlocução de todos os entes envolvidos nestes processos políticos, agregando dimensões culturais aos referidos processos. Emerge um duplo desafio para uma abordagem em educação ambiental: estabelecer um conjunto de ações cidadãs que articulem esta educação ao escopo mais amplo das políticas públicas e recuperar a noção de sustentabilidade como vetor de ação sócio-política. Tal como prossegue a reflexão do autor:

A idéia de sustentabilidade implica a prevalência da premissa de que é preciso definir limites às possibilidades de crescimento e delinear um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de co-responsabilidade e de constituição de valores éticos. Isto também implica que uma política de desenvolvimento para uma sociedade sustentável não pode ignorar nem as dimensões culturais, nem as relações de poder existentes e muito menos o reconhecimento das limitações ecológicas, sob pena de apenas manter um padrão predatório de desenvolvimento (idem, p.195).

A respeito deste padrão predatório de desenvolvimento, Tristão (2005), por sua vez, afirma que a Educação Ambiental está ligada a outros dois desafios vitais: a questão da perturbação dos equilíbrios ecológicos, dos desgastes da natureza, e a questão da educação. Estes tensionamentos entre os desequilíbrios e a educação são frutos de um modelo de desenvolvimento socioeconômico que se caracteriza pela redução da realidade a seu nível material econômico, pela divisão do

conhecimento em disciplinas que fragmentam a realidade, pela redução do ser humano a um sujeito racional. Neste sentido, a autora revela uma perspectiva ética presente neste campo de relações.

Assim sendo, a educação ambiental não é tida como uma forma convencional de educação. Sauvé esclarece uma linha semelhante:

A educação ambiental não é, portanto, uma “forma” de educação (uma “educação para...”) entre inúmeras outras; não é simplesmente uma “ferramenta” para a resolução de problemas ou de gestão do meio ambiente. Trata-se de uma dimensão essencial da educação fundamental que diz respeito a uma esfera de interações que está na base do desenvolvimento pessoal e social: a da relação com o meio em que vivemos, com essa “casa de vida” compartilhada (Sauvé, 2005, p.317).

Se a educação ambiental exige uma atitude de respeito ao meio ambiente, como destaca o autor, devemos reparar na convergência com algumas outras temáticas próximas, como a qualidade de vida ou a sustentabilidade.

Considerações Finais

Este artigo pretendia fazer uma breve revisão conceitual das imbricações entre as noções de políticas públicas, sustentabilidade e educação ambiental. Como toda revisão, um exercício parcial de identificar algumas convergências analíticas entre as temáticas analisadas, desde literatura, a fim de alinhar um conjunto de referências para estudos posteriores.

Quando Castel (2005) identifica o contexto de perda do potencial integrativo da sociedade industrial, toda aquela seguridade depreendida do Estado de Bem-Estar passou por um conjunto de dúvidas e de suspeitas. O que antes era seguro passou a ser arriscado. As demandas ambientais são produzidas e produtoras destas recorrências. Estas interfaces temáticas são férteis para estudos em sociologia ambiental, sobretudo quando expõe dilemas e desafios postos à sociedade contemporânea ao problematizar suas novas retóricas, como a educação ambiental.

Neste contexto, portanto, em que as próprias definições de políticas públicas são fragilizadas, a educação ambiental, enquanto política, faz desdobrar importantes desafios para sua abordagem pedagógica e social. Assim, emerge um duplo desafio para abordagens em educação ambiental: estabelecer um conjunto de ações cidadãs que articulem esta educação ao escopo mais amplo das políticas públicas e recuperar a noção de sustentabilidade como vetor de ação sócio-política.

Referências bibliográficas

- ALEXANDRE, Agripa Faria; KRISCHKE, Paulo. Aspectos da institucionalização das políticas de sustentabilidade no Brasil. *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*, v.3, n.2, 2006 p.1-22
- BELL, David. A cultura da sustentabilidade. In: KRISCHKE, Paulo (org.) *Ecologia, Juventude e cultura política: a cultura da juventude, a democracia e a ecologia nos países do Cone Sul*. Florianópolis, Ed.UFSC, 2000. p.27-58
- BUTTEL, Frederick. Sociologia Ambiental, Qualidade Ambiental e Qualidade de Vida: algumas observações teóricas. In: HERCULANO, Selene; PORTO, Marcelo; FREITAS, Carlos (org.) *Qualidade de Vida e Riscos Ambientais*. Niterói, Eduff, 2000. p.29-47
- CARVALHO, Ailton Motta; TOTTI, Maria Eugênia Ferreira. *Reflexões sobre a auto-sustentabilidade em condições de pobreza*. Anais... II Encontro da ANPPAS, São Paulo, 2004.
- CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Discutindo a educação ambiental a partir do diagnóstico em quatro ecossistemas no Brasil. *Educação e Pesquisa*, v.31, n.2, 2005, p.301-313
- CASTEL, Robert. *A insegurança social: o que é ser protegido?* Petrópolis: Vozes, 2005.
- HERCULANO, Selene; PORTO, Marcelo; FREITAS, Carlos (org.) *Qualidade de Vida e Riscos Ambientais*. Niterói, Eduff, 2000.
- HERCULANO, Selene. A qualidade de vida e seus indicadores. In: HERCULANO, Selene; PORTO, Marcelo; FREITAS, Carlos (org.) *Qualidade de Vida e Riscos Ambientais*. Niterói, Eduff, 2000. p.219-245
- JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n.118, 2003, p.189-205
- JACOBI, Pedro. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. *Educação e Pesquisa*, v.31, n.2, 2005, p.233-250
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

- PORTILHO, Fátima. *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2005.
- RUSCHEINSKY, Aloísio. *Metamorfoses da cidadania: sujeitos sociais, cultura política e institucionalidade*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2000.
- SAUVÉ, Lucie. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. *Educação e Pesquisa*, v.31, n.2, 2005, p.317-322
- TRISTÃO, Martha. Tecendo os fios da educação ambiental: o subjetivo e o coletivo, o pensado e o vivido. *Educação e Pesquisa*, v.31, n.2, 2005, p.251-264

Recebido em: março de 2010

Aprovado para publicação em: maio de 2010